



— Por uma questão de projeto,
EUA não são à prova de ditadores

Trump volta a testar a democracia

ARTIGO

The Economist

A presidência dos Estados Unidos é um cargo cobiçado, pelo menos para um certo tipo de homem geriátrico louco por poder. Os fundadores do país quase tornaram o cargo ainda mais exaltado. John Adams, o primeiro vice-presidente, achava que o presidente deveria ser conhecido como Sua Majestade Eletiva ou Sua Potência. O Senado endossou outra forma de tratamento: Sua Alteza, o Presidente dos Estados Unidos e Protetor de suas Liberdades. Mas a Câmara dos Deputados rejeitou títulos grandiosos, e George Washington concordou com isso para dissipar as alegações de que ele teria ambições monárquicas. De qualquer forma, as acusações foram feitas e têm sido repetidas sempre que um dos partidos não gosta do que o presidente está fazendo, ou seja, na maior parte do tempo.

Os romancistas levaram esses medos mais longe, imaginando a derrubada da democracia americana por um ditador carismático: o presidente Buzz Windrip em *It Can't Happen Here* (1935), de Sinclair Lewis; Nehemiah Scudder na série de ficção científica de Robert Heinlein *If This Goes On* (1941); Charles Lindbergh em *The Plot Against America*, de Philip Roth (2004). O presidente Scudder, um pregador que se tornou político do interior, vence as eleições de 2012. As eleições de 2016 são então canceladas.

Conforme as eleições de novembro se aproximam, não são apenas os romancistas que imaginam cenários semelhantes. Os democratas veem Donald Trump como um aspiran-

te a tirano por causa da sua tentativa de permanecer no cargo depois de perder as eleições de 2020. Trump, por sua vez, denuncia Joe Biden, que venceu as eleições apesar das maquinções de Trump, como um usurpador. Trump afirma que Biden está abusando de sua autoridade para iniciar procedimentos jurídicos falsos e, assim, prender Trump. Biden, juntamente “com um bando dos seus capangas, desajustados e marxistas mais próximos”, está tentando “destruir a democracia americana”.

Os esforços de Trump para anular as eleições fracassaram; os tribunais revertiam regularmente as medidas do governo dele e, mesmo que seja reeleito, ele será limitado pela Constituição a apenas mais um mandato. Mesmo assim, alguns dos seus críticos argumentam que a democracia dos EUA é vulnerável e consideram ingênuos aqueles que dizem o contrário.

DITADURA. No ano passado, Robert Kagan, antigo conselheiro de política externa de vários republicanos, escreveu um ensaio para o *Washington Post* argumentando: “Há um caminho claro para uma ditadura nos Estados Unidos, que está ficando mais curto a cada dia”. Não são apenas os adversários de Trump que falam assim. Um dos seus ex-secretários de gabinete observa: “A Constituição funciona porque é empregada com regras e normas que todos nós cumprimos”. Trump, na opinião dele, “corrói essas regras e normas e continuará a fazê-lo”, sendo, portanto, “uma ameaça à democracia tal como a conhecemos”.

O ex-presidente, que gosta de comentar suas ações como se delas fosse um observador, entrou no debate. No ano passado, ele foi questionado na Fox



Recurso
O presidente Joe Biden recorreu aos poderes de emergência para perdoar dívida estudantil que até agora custou 0,6% do PIB

News se seria um ditador caso fosse reeleito. Trump cogitou a ideia antes de rejeitá-la. Como tantas vezes acontecia com ele, era difícil saber quais de suas declarações conflitantes levar a sério, se é que alguma foi séria. Em um sentido menos teórico, a Suprema Corte está avaliando se os presidentes podem ser processados, e em que circunstâncias. Pelo menos alguns dos juízes provavelmente concordarão com a opinião de Trump: “Não se pode ter um presidente sem imunidade”.

Ao pensar no que um segundo mandato de Trump traria, é difícil evitar cair na histeria ou na complacência. É provável, dados os instintos de Trump, o comportamento passado e o seu domínio sobre o restante do partido, que ele degrade ainda mais a democracia em um segundo mandato. Mas avaliar a probabilidade do pior cenário é impossível. Há outra maneira de ponderar até que ponto as coisas podem ficar ruins: despersonalizar a análise.

Deixando de lado o imponderável – o que Trump e Biden

realmente pretendem –, quais são as restrições à Presidência, seja quem for que ocupe o cargo? Se alguém se tornasse presidente e tivesse a destreza administrativa e a determinação firme para minar a Constituição (descrições que provavelmente não se adaptam a Trump), quanto dano ele ou ela poderia causar? Ou, para colocar a questão em termos mais alarmantes, até que ponto os EUA são à prova de ditadores?

CARGO FRACO. Durante a maior parte do primeiro século da Presidência, a ideia de que um homem pudesse governar o país parecia absurda. O cargo era fraco demais para isso. Sob Washington, todo o Poder Executivo consistia em quatro secretários de gabinete e cinco secretários efetivos. Só depois da 1.ª Guerra, quando o governo federal cresceu dramaticamente e os fascistas e os comunistas tomaram conta das democracias europeias, é que a questão começou a parecer relevante, e a ideia não era sequer vagamente plausível.

No fim da 2.ª Guerra, o número de funcionários federais aumentou para 2,5 milhões. Nas décadas de 40 e 50, tornou-se comum os americanos referirem-se ao seu presidente como o “comandante-em-chefe”. Um gabinete que originalmente contava com um punhado de funcionários agora presidia sobre milhões de pessoas, para não falar de um botão que poderia destruir outros países e, em troca, atrair a destruição dos EUA.

Embora o poder do presidente tenha aumentado enormemente, as restrições legais ao exercício desse poder não cresceram proporcionalmente. Houve apenas duas emendas constitucionais significativas que podem impedir um presidente descontrolado: a primei-

ra diz que nenhum presidente pode ser eleito para mais de dois mandatos (22.ª Emenda); e a outra, que o vice-presidente assumirá o poder se o Congresso decidir que o presidente está incapacitado (25.ª Emenda). Nenhuma das duas restringe o exercício diário do poder presidencial.

Nos anos entre as guerras, a ditadura teve uma certa elegância entre a elite americana. Eleanor Roosevelt sugeriu ao marido que o país poderia precisar de um “ditador benevolente” para tirá-lo da Depressão. “Se algum dia este país precisou de um Mussolini, este momento é agora”, declarou um senador da Pensilvânia. Este tipo de conversa só foi silenciado pelo ataque a Pearl Harbor.

O fato de nada ter acontecido como as ditaduras imaginadas por Lewis, Heinlein ou Roth deve-se em grande parte ao fato de ninguém como Windrip, Scudder ou Lindbergh ter sido eleito presidente. As aulas de educação cívica ensinam que isso também tem a ver com a Constituição. Os EUA são tão grandes, e o poder político tão difuso, com tanta autoridade atribuída aos Estados, que o governo de um homem só ainda parece impraticável.

Golpes militares – o caminho mais comum para a chegada dos ditadores ao poder – são quase impossíveis nos EUA. O exército está entre as instituições políticas mais saudáveis do país, com líderes determinados a permanecer fora da política. A grande maioria dos agentes policiais trabalha para os governos estaduais e locais, e não para o presidente, de modo que a repressão por parte de um Estado policial também seria difícil de organizar. Esse tipo de tirania pode ser afastada com segurança.

Os tribunais são indepen-

Ex-presidente Donald Trump é candidato de novo e faz campanha em Wildwood, New Jersey

